

# A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE LIBRAS COMO L2 PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE BILÍNGUES PORTUGUÊS/LIBRAS: Foco No Atendimento à Pessoa Surda<sup>1</sup>

*Albertina Flávia de Amorim (UFPE)*

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma revisão das principais publicações sobre a necessidade de formação bilíngue (Português/Libras) para os profissionais de saúde e a partir disso propor conteúdos e metodologias para essa formação. Na metodologia, abordamos de forma qualitativa as investigações já publicadas sobre a necessidade de formação bilíngue (Português/Libras). Identificamos a dificuldade de comunicação entre pacientes Pessoa Surda e os profissionais de saúde apesar da existência de uma disciplina de Libras ofertada de forma eletiva nos cursos de graduação. Concluimos, portanto, que se faz necessário a criação de cursos de Libras nos ambientes extra acadêmicos para proporcionar a esses profissionais a formação linguística adequada para o atendimento à Pessoa Surda.

**Palavras-chave:** Ensino de Libras; Libras e saúde; Paciente surdo.

## INTRODUÇÃO

A saúde, segundo o dicionário online Michaelis, tem relação com o bem estar físico, psíquico e social. Portanto, o bom estado de saúde do ser humano depende do equilíbrio entre essas três áreas. Tendo como base o que diz a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, onde se lê que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, inferimos que as pessoas surdas têm, assim como todas as outras, o direito à saúde e esse direito deve ser assegurado pelo Estado.

Embora exista o amparo legal determinando essa responsabilidade ao Estado, a realidade do acesso à saúde por parte das pessoas surdas é bem diferente. Em 6 de julho de 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Libras apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras. Tendo sido orientador o(a) Prof.(a): Camila Michelyne Muniz da Silva.

(LBI), que versa, dentre outros assuntos, sobre o direito à saúde das pessoas com deficiência. Sendo as pessoas surdas incluídas neste rol, tal lei se aplica a elas também. Levando em consideração o artigo 18 da referida lei, que institui que a pessoa com deficiência tem “assegurada atenção integral à saúde”, esse artigo tem o objetivo de corroborar e fortalecer o que está posto pela Constituição Federal.

Entretanto, apesar de todos os aparatos legais, a pessoa surda não consegue acesso pleno aos serviços de saúde. Este problema é devido à falta de informação e conhecimento sobre a pessoa surda e sua língua, pois embora estejamos no século XXI, a surdez ainda é um conceito pouco compreendido pela maioria das pessoas.

Existem duas formas de entender a surdez: a perspectiva médica e a perspectiva socioantropológica. Na primeira, o termo utilizado é o de “deficiente auditivo”, e sua característica é a ênfase na perda parcial ou total da capacidade de ouvir e as causas dessa perda que pode acontecer antes, durante ou após o nascimento (RAIMUNDO; SANTOS, 2012). Já de acordo com a perspectiva socioantropológica, a pessoa surda é parte de um grupo linguisticamente minoritário, onde o valor, ou seja, o foco não está na patologia (THOMA, 2006), mas sim na pessoa surda.

A pouca compreensão sobre o que é surdez e a pessoa surda impacta diretamente na acessibilidade dessas pessoas ao meio social comum. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, acessibilidade é a

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Para que a pessoa surda tenha pleno acesso como disposto na Lei é necessário que haja a acessibilidade comunicacional, pois tais pessoas usam uma outra língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sua língua natural de comunicação, e não da Língua Portuguesa. Essa diferença entre línguas gera uma barreira comunicacional, que, de acordo com a Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, é “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa”.

Essa barreira existe em todos os ambientes, incluindo os espaços de promoção, prevenção e cuidados com a saúde, apesar da criação da Lei de Libras, Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação entre as pessoas surdas e as demais pessoas que compõem a comunidade surda no Brasil, bem como estabelece que “as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” (BRASIL, 2002).

Para os profissionais da área de saúde, a comunicação é algo extremamente importante. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu 6 (seis) Metas Internacionais de Segurança do Paciente, uma delas diz respeito à comunicação. De acordo com essa meta, a comunicação deve acontecer de forma efetiva, sendo as informações passadas pela equipe ou pelo profissional totalmente compreendidas pelo interlocutor. A comunicação efetiva entre equipe e paciente promove uma maior segurança quanto a assistência que será prestada. Quando se trata de um paciente pessoa surda, essa comunicação deve acontecer em Língua de Sinais, no caso do Brasil, em Libras.

Os profissionais da área da saúde precisam ter competência linguística para estabelecer uma comunicação eficaz com o paciente surdo, ou seja, ser bilíngue no par linguístico Português/Libras. Desta forma, o paciente terá condições de se expressar, relatando suas queixas, bem como obter de quem o atende todas as informações necessárias para o momento do atendimento e possíveis instruções sobre o seu tratamento. Para tal, se faz necessária a plena capacidade de falar e ser ouvido; no caso da pessoa surda, sinalizar e ser vista.

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar uma revisão das principais publicações sobre a necessidade de formação bilíngue (Português/Libras) para os profissionais de saúde e a partir disso propor conteúdos e metodologias para essa formação. Na metodologia, abordamos de forma qualitativa as investigações já publicadas sobre a necessidade de formação bilíngue (Português/Libras). A análise do material selecionado será usada para a composição de um estado da arte sobre o tema proposto.

Para compor esse estado da arte foram selecionados livros e artigos científicos na base Google Acadêmico. Na busca utilizou-se os seguintes termos: 'Libras e saúde', 'Importância da Libras na área da saúde', 'paciente surdo', 'ensino de Libras', 'ensino de libras para profissionais de saúde', 'ensino de segunda língua', 'língua estrangeira'. Os critérios de inclusão foram: artigos com seu texto completo disponível na base de dados pré selecionada, artigos que contemplem o objetivo deste artigo, independente da data de publicação e estar disponível em Português, os que não atenderam a esses critérios foram eliminados. Foram encontrados 72 artigos científicos, desses, 27 estavam de acordo com os critérios de inclusão, sendo assim escolhidos para compor esse estado da arte. Os livros foram selecionados de acordo com a sua relevância no tema.

## **1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BASES DO SUS E O DIREITO À SAÚDE**

No Brasil tem-se o Sistema Único de Saúde (SUS) que está para prestar atendimento a pacientes independentemente da complexidade. De acordo com matéria publicada no site da UNA-SUS, os movimentos para criação do SUS caminharam junto com o momento de criação da Constituição Federal na década de 1980. A sociedade pedia naquele momento que a todos fosse ofertada saúde de forma gratuita, universal e igualitária. Sendo assim, a Constituição tem no corpo do seu texto um capítulo dedicado à saúde, e esse inicia com o artigo 196 que diz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Dois anos depois, em 19 de setembro de 1990, foi promulgada a Lei que marcou de fato a criação do SUS, Lei nº 8.080. Em seu artigo 2º está escrito que “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”; ainda nesse dispositivo legal em seu capítulo II que trata dos princípios e diretrizes do SUS, o inciso IV versa sobre a necessidade da assistência a saúde ser igual para todos e o inciso V diz que o usuário tem direito a informação sobre a sua saúde (BRASIL, 1990).

A Lei 8.080/90 também apresenta princípios que norteiam o SUS, dentre eles estão a universalização, integralidade e equidade. Por universalização entende-se

que “a saúde é um direito de cidadania” de todos independentemente de raça, sexo, ou qualquer outra característica; já a integralidade “considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades” e isso deve estar atrelado a promoção da saúde, prevenção e reabilitação de doenças. Por último, a equidade cujo “objetivo [...] é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas.” Entendemos que este último princípio toca na questão das pessoas surdas serem tratadas dentro das suas especificidades linguísticas, como trataremos mais adiante

Esses dois documentos, a Constituição Federal e a Lei 8.080, garantem ao usuário do SUS o atendimento à saúde de forma igualitária, sem preconceitos e sem distinções. Esse direito, entretanto, não é plenamente gozado quando falamos das Pessoas Surdas, pois tais pessoas até têm acesso ao ambiente de assistência à saúde mas, não conseguem fazer seu uso de forma adequada por não conseguirem uma comunicação eficaz com os profissionais de saúde.

As pesquisadoras Gotado & Almeida (2016) realizaram uma pesquisa com 20 pessoas, de ambos os sexos, que eram familiares de alunos de uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Vitória da Conquista no Estado da Bahia. A pesquisa teve o objetivo de saber a percepção dos familiares sobre os serviços ofertados pela instituição de saúde. Como resultado, foi constatado longo tempo de espera, dificuldade em obter informações, serviços inadequados, bem como a escuta e o acolhimento igualmente inadequados. A partir disso, Silva & Almeida (2017) afirmam que é possível a constatação do descumprimento do que está previsto no Decreto 5.626/05 quando se trata de um bom atendimento à pessoa com deficiência num ambiente de assistência à saúde.

## **2. AS PESSOAS SURDAS E SEU DIREITO À SAÚDE**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na pesquisa do ano de 2010, há no Brasil quase 10.000.000 (dez milhões) de pessoas com deficiência auditiva. Dentro desse grupo, encontram-se as pessoas que se identificam enquanto Pessoa Surda fazendo parte de um grupo social minoritário e diferenciado que possui características linguísticas específicas (LOPES; LEITE, 2011).

Uma parte desse grupo faz uso da Libras como meio de expressão e comunicação e, segundo a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, esse uso é um direito assegurado às pessoas surdas. Em 22 de dezembro de 2005 foi publicado o Decreto nº 5.626 que regulamenta a Lei de Libras (10.436/02), que também traz em seu artigo 25 especificações acerca do direito à saúde por parte da pessoa surda, diz o texto:

A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas (BRASIL, 2002).

O direito a usar uma língua que não a Língua Portuguesa para se comunicar pressupõe que os ambientes ocupados pelas pessoas surdas estejam acessíveis a elas de acordo com o preceito do respeito à acessibilidade comunicacional, onde elas serão vistas e entendidas em sua língua natural, tendo acesso a todas as informações que aquele ambiente oferece.

Um desses locais que serão ocupados pelas pessoas surdas, são os ambientes de assistência à saúde. Tais espaços têm por obrigação legal atender a todos os pacientes de forma igualitária, promovendo assistência e respeito. Na nossa pesquisa encontramos o trabalho de Chaveiro, Porto & Barbosa (2009) que explicam que, para que o atendimento aos pacientes Surdos aconteça de forma igualitária, é preciso que os profissionais da saúde saibam se comunicar em Libras. Porém, ainda segundo os autores, tais profissionais não possuem competência linguística suficiente para estabelecer uma comunicação eficaz, gerando assim barreiras para que as pessoas surdas tenham acesso à saúde.

Ainda segundo Chaveiro, Porto e Barbosa (2009) essa dificuldade de comunicação entre o usuário e o profissional de saúde faz com que as pessoas surdas utilizem o Sistema de Saúde de modo diferente das pessoas ouvintes, pois se sentem frustradas, amedrontadas e desconfiadas. Em consonância com os autores anteriores, Pires e Almeida (2016) afirmam que chegando nos ambientes de assistência à saúde, o surdo encontra barreiras pelo desconhecimento da Libras por parte dos profissionais bem como pela falta de intérpretes de Libras e, por

consequência, falta a humanização e a eficácia no atendimento. Para Vieira et al. (2017) a comunicação é a maior barreira enfrentada pelos surdos no sistema de saúde, o que corrobora com os estudos encontrados.

### **3. PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE PACIENTES SURDOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE**

A palavra comunicação tem seu significado, segundo o Dicionário online Michaelis, como sendo “ato que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre o transmissor e o receptor”, portanto, para que a comunicação seja estabelecida é preciso que quem fala seja compreendido por quem ouve. No caso das pessoas surdas, a comunicação exige que quem sinaliza seja visto e entendido por quem vê. Quando nos referimos ao âmbito da saúde, isso necessita acontecer no sentido profissional - paciente e vice-versa.

Apesar das leis e do decreto já mencionados, encontramos em Meador & Zazone (2009) citados por Chaveiro, Porto & Barbosa (2009) que no sistema de saúde, em nosso país, a efetividade comunicativa das pessoas surdas tem sido tratada com displicência. Isso tem impacto direto no processo de escuta, auxílio e resolução de problemas do usuário do Sistema de Saúde, como também afirma o trabalho de Raimundo & Santos (2012). Em seu trabalho, os autores mostram os resultados de uma pesquisa realizada com profissionais da saúde, mais especificamente os enfermeiros, em que foram aplicadas entrevistas sobre o primeiro contato com o paciente surdo no momento da triagem. O resultado dessa pesquisa mostrou o despreparo dos profissionais ao lidar com o paciente surdo nesse momento tão importante que é o da triagem, onde a partir da escuta o paciente será direcionado a especialidade médica que seu quadro clínico necessita.

Os enfermeiros entrevistados também relataram insegurança ao lidar com as pessoas surdas já que não conseguiam se comunicar em Libras e, por isso, não conseguiam passar as informações necessárias com clareza. Isso demonstra quão importante é a comunicação, sendo a principal forma de estabelecer o vínculo e a confiança entre o paciente e o profissional de saúde (RAMOS; ALMEIDA, 2017). Corroborando com esse estudo, em pesquisa desenvolvida por Ianni & Pereira (2009)

ficaram claros os obstáculos enfrentados pelos profissionais de saúde por não dominarem a Libras.

Em outra pesquisa, realizada por Pires & Almeida (2016), participaram 26 alunos surdos de uma escola pública da cidade de Vitória da Conquista na Bahia, com idade entre 18 e 30 anos e com diagnóstico de surdez comprovado. A pesquisa tinha o objetivo de saber a percepção desses alunos surdos com relação ao atendimento nos serviços de saúde realizado em sua cidade e demonstrou que 100% dos alunos entrevistados utilizavam como recurso de comunicação a escrita e que esse recurso se dava por causa do desconhecimento da Libras por parte dos profissionais de saúde.

Essa dificuldade geralmente faz com que os usuários levem acompanhantes para intermediar a comunicação ao irem para um atendimento de saúde, solução também apresentada por 100% dos entrevistados da pesquisa citada no parágrafo anterior. O uso da escrita para intermediar esse processo é pouco eficaz em muitos casos, já que, para o surdo, o Português escrito é a sua segunda língua e no Brasil temos o enorme desafio de alfabetização desse grupo (CHAVEIRO; BARBOSA, 2005).

Um outro estudo realizado por Silva et. al. (2015), demonstra que os profissionais de saúde precisam da presença do acompanhante durante o atendimento, relatando que sem ele fica complicado estabelecer a comunicação. A presença de uma terceira pessoa retira do surdo o direito da individualidade no momento de consulta, pois nesse momento o acompanhante quem fala dos sintomas e é ele quem recebe as orientações e a pessoa surda não tem direito de se expressar, falar do que sente nem fazer questionamentos (SANTOS; SHIRATORI, 2004).

Ainda de acordo com o estudo de Silva et. al. (2015), alguns profissionais sugeriram como solução a presença do intérprete de Libras para mediar o atendimento. Apesar de ser uma solução existente, também seria incluído no momento profissional-paciente uma terceira pessoa e a inclusão desse profissional também pode causar barreiras no atendimento já que o usuário pode se sentir constrangido em se expor, além de gerar um sentimento de piedade por parte do intérprete (CHAVEIRO; BARBOSA, 2005). Além disso, essa inclusão pode ocasionar

o diálogo do profissional de saúde apenas com o intérprete, bem como a ausência de autonomia por parte do surdo (FRANÇA et. al., 2016).

Para que nos espaços de assistência à saúde o usuário surdo tenha acesso a todas as informações de forma eficaz, se faz necessário então que as pessoas que irão realizar o atendimento saibam se comunicar através da Libras e esse aprendizado da Libras deve acontecer nos espaços acadêmicos e com oferta de cursos de treinamento para esses profissionais (LOPES; LEITE, 2011).

#### **4. LIBRAS E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

Segundo Quadros (2019), a Libras

é uma língua visual-espacial. Exibe-se em uma modalidade que utiliza o corpo, as mãos, os espaços e a visão para ser produzida e percebida. As palavras, as sentenças e os sentidos da Libras são produzidos por meio das mãos, do corpo e da face dentro do espaço à frente do sinalizante, numa composição de unidades menores combinadas para formar os sentidos, percebidos pela visão (QUADROS, 2019).

Não possui localização geográfica específica pois é utilizada em todo o Brasil; possui sua estrutura gramatical própria, sendo um código de comunicação assim como as outras línguas, portanto seus usuários são capazes de entender e expressar qualquer conceito seja ele concreto ou abstrato. Apesar de ser comum o entendimento de que a Libras é universal, esse é um entendimento equivocado, como afirma Choi et al. (2011) “cada país tem sua língua de sinais, como tem sua língua na modalidade oral”.

Sendo a Libras uma língua, seu aprendizado por parte das pessoas ouvintes não acontece de forma natural nem imediata, ou seja, requer o ensino de forma sistematizada, como para qualquer outra língua. Pensando em garantir esse ensino da Libras, tanto a Lei de Libras (10.436/02) quanto o Decreto 5.626 tratam da inclusão da disciplina de Libras como disciplina obrigatória em alguns cursos e sua oferta de forma opcional para outros. O Decreto em seu artigo 3º diz que

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos

No inciso 2 do referido artigo, lemos: “a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto”. Segundo Souza et. al. (2009), sendo uma disciplina optativa para a maioria dos cursos de saúde, a Libras acaba sendo negligenciada pelos alunos que, por falta de compreensão da sua importância, buscam cursar apenas as disciplinas obrigatórias do curso. Ainda segundo o mesmo autor, este comportamento reflete a necessidade da inclusão da disciplina de Libras como disciplina obrigatória na grade curricular dos cursos da área da saúde.

Além disso, apesar de falar sobre a inclusão da disciplina de Libras como obrigatória para o curso de Fonoaudiologia e optativa para os demais cursos, o Decreto 5.626/2005 não deixa claro qual a carga horária nem quais os conteúdos que devem ser contemplados na disciplina, ficando a cargo de cada instituição tal escolha. A partir disso, Choi, et. al. (2011) explicam em seu trabalho que a carga horária disponibilizada para a disciplina é bem menor do que o que deveria ser na maioria das instituições de ensino.

Por seu turno, Chaveiro & Barbosa (2005) afirmam que é de responsabilidade das faculdades a preparação para a realidade do atendimento à pessoa surda, sendo dever do profissional aprender a Libras para prestar um atendimento de perfeita interação com o usuário surdo, sendo assim Barbosa (2003) afirma ser essa formação essencial. Essa responsabilidade por parte das instituições de ensino e o dever do profissional de saúde saber Libras demonstra a necessidade da inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos da área de saúde como explicam Moura & Leal (2019).

## **5. ENSINO DE LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA OU LÍNGUA ESTRANGEIRA**

Passaremos agora a abordar os aspectos do ensino da Libras com foco na metodologia de ensino de segunda língua, ou língua estrangeira, pois entendemos que, para as pessoas ouvintes, esse é o status da Libras, já que a sua primeira língua é o Português. Tendo em vista que o nosso trabalho se propõe a defender que o

ensino de Libras deve acontecer também fora do ambiente acadêmico e que a formação inicial de profissionais da área de saúde nesse ambiente não promove a eles a competência linguística suficiente para um atendimento de qualidade, buscamos explorar e propor uma opção de formação complementar.

Em um breve apanhado histórico sobre os métodos de ensino de língua estrangeira, podemos perceber que eles foram mudando com o tempo, oscilando entre momentos em que o ensino da língua era tradicional e estava voltado apenas para a gramática normativa, sem levar em consideração o uso da língua, e em outros momentos quando a perspectiva era de um ensino mais ligado ao contexto de uso da língua. De acordo com Fenner & Corbari (2006, p.1):

ora [a gramática foi] encarada como objeto de estudo constituído de regras imutáveis que deviam ser aprendidas para se dominar a estrutura de uma língua, ora [foi] ignorada devido a uma má interpretação do conceito de função comunicativa da língua (FENNER; COBARI, 2006).

Em contraponto aos métodos tradicionais, surgiram os métodos comunicativos. Entre eles a Abordagem Comunicativa (AC) que, segundo Vasconcelos (2012) para o aprendiz não basta apenas saber fazer uso da fonologia, sintaxe e léxico da língua mas é imprescindível que ele saiba usar a língua nos discursos de uso real e contextualizado. Ainda segundo Vasconcelos (2012), a AC não tem por objetivo eliminar o estudo da gramática mas tirar o foco do ensino de tais estruturas e colocando o foco no uso.

O ensino de Libras para ouvintes se caracteriza como ensino de Segunda Língua e, como afirma Gesser (2010), para formar falantes fluentes e competentes na língua de sinais, o seu ensino não deve focar na forma da língua e sim no seu uso. Ainda segundo a autora, o ensino da língua baseado na forma ou estrutura foca em ensinar a gramática, a estrutura formal, as regras e funções dessa língua, já o ensino baseado no uso da língua vai buscar um viés mais comunicativo e interativo da língua promovendo assim a competência linguística a partir de experiências do seu uso real.

Dessa forma, ensinar a língua com foco no uso ou seja na comunicação, pensando nos profissionais de saúde, dará a eles a possibilidade de utilizar a Libras nos mais diferentes contextos dentro da sua área de atuação.

### **5.1.Importância do curso específico para profissionais da área de saúde e proposta de plano de ensino**

Tendo em vista a necessidade dos profissionais de saúde serem fluentes em Libras para um atendimento de qualidade ao usuário pessoa surda, podemos argumentar sobre a importância de cursos específicos para o aprendizado dessa língua por esses profissionais.

Como afirma Albres (2016), para aquele que está envolvido no processo de aprendizagem da língua de sinais é necessário aprender a expressar suas ideias e a entender o que está sendo dito pelo outro. Apesar da importância da inclusão da disciplina de Libras nos cursos, esse momento é insuficiente, devido a baixa carga horária e ao pouco contato que os estudantes têm com pessoas surdas, e por isso não conseguem se tornar fluentes. Como afirma Veras & Santos (2018), nas universidades, o contato que tais profissionais têm com a língua é um contato breve dando a eles um conhecimento básico sobre a pessoa surda, a surdez e a língua de sinais.

Com base no que foi estudado até aqui, acreditamos que, para o profissional de saúde, não basta um curso em que ele aprenda os sinais das doenças, procedimentos e remédios. Como já discutido, o ensino de Libras precisa acontecer de forma contextualizada e com o objetivo de que o aluno consiga se comunicar na língua alvo. Dentre os vários contextos para os profissionais de saúde, ele precisará colher do paciente informações básicas desde o nome, idade, sexo até informações mais complexas como a história da doença atual, se há algum histórico de cirurgia, histórico de doenças na família, etc. Além disso, após colher todas essas informações, o profissional precisará repassar ao paciente as hipóteses de diagnóstico, qual será o tratamento e como funcionará. Tudo isso requer que o profissional de saúde seja capaz de se comunicar com o paciente pessoa surda na sua própria língua, a Libras, para que possa entender e se fazer entender.

Como consequência de toda a pesquisa aqui realizada e para demonstrar de forma mais objetiva os achados e reflexões por eles proporcionados, apresentamos a seguir uma proposta de plano de ensino para um módulo de um curso de Libras voltado para profissionais da saúde:

**PLANO DE ENSINO: CURSO BÁSICO DE LIBRAS COMO L2 PARA ÁREA DE SAÚDE  
MÓDULO 1**

**IDENTIFICAÇÃO**

Módulo 1 do Curso de Libras para ouvintes – nível básico  
Carga-horária total: 66 horas/aula  
Modalidade: Presencial  
Periodicidade: 2 aulas semanais (3h/aula cada)  
Público: Ouvintes profissionais da área de saúde interessados em aprender Libras como L2  
Professora: Albertina Flávia de Amorim

**EMENTA**

Resumo da história dos Surdos e da Língua Brasileira de Sinais - Libras; concepção de artefatos culturais do Povo Surdo; dispositivos legais sobre o direito à saúde pela Pessoa Surda; concepção sociocultural sobre a surdez e implicações sociais, linguísticas, legais e culturais, através de uma abordagem socioantropológica, promovendo uma reflexão sobre a surdez e a Pessoa Surda; estratégias de como lidar com um paciente Pessoa Surda seja ela usuária ou não da Língua de Sinais. Vocabulário básico e práticas de comunicação em Libras.

**OBJETIVOS**

1. Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais;
2. Adquirir conhecimento básico sobre a Libras, a história e cultura surda, Comunidade Surda e Línguas de Sinais;
3. Ter noções básicas de vocabulário;
4. Conseguir comunicar-se de forma básica fazendo uso da Libras.

**METODOLOGIA**

O procedimento metodológico terá uma abordagem dialógica. Os temas serão abordados através de interação entre os alunos, debates e atividades práticas, com intuito de tornar o aluno parte do conhecimento a ser trabalhado. O processo de produção e compreensão da língua será contínuo e gradual na medida que os alunos aumentam seu conhecimento sobre o assunto.

As aulas serão de caráter teórico e prático, em um modelo expositivo e interativo. Serão utilizados recursos como exibição de filmes e atividades práticas de forma contextualizada.

A sala de aula será organizada, preferencialmente, com as cadeiras na forma de um semicírculo para favorecer a interação entre professor-aluno e aluno-aluno.

**RECURSOS DE APOIO DIDÁTICO**

Para aulas expositivas:

Tv ou Datashow, notebook, quadro branco ou flip chart, piloto para quadro ou caneta para flip chart.

Para atividades em sala:

Jogos educativos (uno em Libras, Jogo das expressões, baralho de configuração de mãos, etc.), cartões coloridos, lápis, lápis de cor, papel ofício, imagens e gravuras diversas de rotinas dos ambientes de trabalho dos profissionais de saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
Datilologia: alfabeto e números em Libras Identificação na Libras Saudações, cumprimentos	3h
Datilologia: alfabeto e números em Libras Identificação na Libras Saudações, cumprimentos	3h
Saudações e cumprimentos em Libras: através de charges e imagens com diálogos, apresentar as saudações e cumprimentos básicos da Libras.	3h
Mitos e verdades sobre a Língua de Sinais, Pessoa Surda, Comunidade Surda e afins	3h
História do povo surdo no Brasil	3h
Artefatos Culturais do povo surdo	3h
Expressões não manuais - gramaticais e não gramaticais	3h
Surdez: conceito, causas e tipos Surdo x mudo; Pcd x deficiente; Acessibilidade e Inclusão	3h
Introdução a classificadores	3h
Como lidar com uma pessoa surda que não sabe Libras?	3h
Formação dos sinais da Libras - os 5 parâmetros: Configuração de Mão, Locação, Expressão não manual	3h
Formação dos sinais da Libras - os 5 parâmetros: Orientação da palma da mão e ponto de articulação	3h
Direito da pessoa surda à saúde Papel do profissional de saúde	3h
Pronomes em Libras: pessoais, demonstrativos e possessivos	3h
Singular e plural em Libras Recepcionando o surdo no atendimento	3h
Tipos de frases em Libras: afirmativa/exclamativa/interrogativa e negativa (formas de negação em Libras):	3h
Realizando a anamnese	3h
Tempo verbal e advérbios de tempo em Libras: passado, presente e futuro	3h
Orientação / efetivação das abordagens de tratamento	3h
Verbos em Libras: verbos simples, com concordância e sem concordância	3h
Expressões idiomáticas e gírias	3h
Especificidades dos contextos de atendimento	3h
Verbos instrumentais	3h

<b>AVALIAÇÃO</b>
A avaliação será realizada continuamente através da observação do desempenho, interação e participação dos alunos. Serão propostas dinâmicas e atividades ao final de cada aula.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
QUADROS, Ronice. M. de & KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004. QUADRO, Ronice Müller. Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2019 QUADROS, RONICE M. DE.; KARNOPP, LODENIR B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Tendo em vista o que já foi discutido sobre o aprendizado de uma segunda língua por parte dos alunos ouvintes, essa proposta de curso visa oportunizar aos profissionais de saúde um aprendizado da Libras contextualizado mas não apenas pensando no aprendizado do léxico da área de saúde e sim no aprendizado da língua no seu uso, sabendo que o profissional de saúde irá fazer a anamnese, recomendação de tratamento, orientações de melhor qualidade de vida entre outros e tudo isso requer um vocabulário que não pode estar restrito aos vocábulos da área de saúde. Entendendo também a importância desse profissional conhecer a história das pessoas surdas, os conceitos de pessoa surda, sua cultura e língua bem como seus direitos relacionados à área da saúde.

Sendo assim, a ordem dos conteúdos foi pensada de modo que o aluno tenha aulas com conteúdos mais práticos e outras aulas com conteúdos mais teóricos. Embora o contato com a Língua de Sinais vá acontecer em todos os momentos de todas as aulas já que as mesmas serão ministradas em Libras.

Os recursos escolhidos visam possibilitar ao aluno ter acesso de forma visual a textos em Libras bem como a jogos para que de forma lúdica possam assimilar e pôr em prática o conhecimento adquirido na aula e também o uso de cards, gravuras e recortes que remontam a rotina de trabalho dos profissionais de saúde para que

através da sua rotina possam praticar a língua alvo de estudo tornando assim o aprendizado contextualizado e com sentido para os alunos e alunas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em nossa pesquisa buscamos apresentar a importância da formação bilíngue (Libras/Português) dos profissionais de saúde, tendo em vista a garantia do direito à saúde pelas pessoas surdas estabelecida nos dispositivos legais existentes como a Constituição Federal de 1988, a Lei que instituiu o SUS (Lei 8.080/90), a Lei de Libras (10.436/02) e o Decreto 5.626/05. Tais dispositivos estabelecem que a pessoa surda tem direito à saúde e que é dever do Estado garantir esse direito.

Os trabalhos que compõem esse estado da arte demonstram que os serviços de saúde não possuem profissionais com competência linguística suficiente para garantir um atendimento eficaz a Pessoa Surda o que impacta diretamente em como elas utilizam tais serviços, tendo que estar acompanhadas de um familiar ou intérprete de Libras o que gera incômodo tendo em vista que é uma terceira pessoa no momento de atendimento gerando constrangimento para o usuário Pessoa Surda. Também identificamos o despreparo dos profissionais de saúde sendo relatado pelos mesmos quando se depararam em um atendimento em que necessitavam utilizar a Língua de Sinais como forma de comunicação, esses momentos geraram para os profissionais insegurança e o entendimento de que não conseguiram realizar o atendimento passando as informações necessárias para o paciente.

Como forma de possibilitar o contato dos profissionais com a Libras, o Decreto 5.626/05 institui a disciplina de Libras como optativa e isso é uma lacuna pois não garante a formação bilíngue aos egressos do curso, mesmo no curso de fonoaudiologia onde a disciplina é obrigatória, pois a carga horária é insuficiente considerando que os profissionais precisam de uma formação em segunda língua que não acontece numa disciplina com uma carga horária reduzida. Portanto a necessidade de cursos de Libras como L2 para o ensino da língua direcionada a esses profissionais em ambiente extra acadêmico.

Porém se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre a criação de um curso de Libras como L2 para profissionais de saúde, bem como da metodologia que

precisa ser utilizada para um melhor aproveitamento dos conteúdos propostos para o desenvolvimento de uma formação bilíngue para os profissionais da área da saúde.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Ensino de Libras**: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 196 p.

BARBOSA, Maria Alves et al. Língua Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem. **Revista Enfermagem**. UERJ, p. 247-251, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. UNA-SUS. Maior sistema público de saúde do mundo, SUS completa 31 anos. Publicado em: 21/9/2021. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo-sus-completa-31-anos#:~:text=Esse%20momento%20marcava%20o%20nascimento,19%20de%20setembro%20de%201990>>. Acesso em: 30/9/2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Disponível em: <[https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080\\_190990.htm](https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm)>. Acesso em: 30/9/2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12/10/2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 24/09/2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 24/09/2022.

CENTRO DE ONCOLOGIA. Quais são as metas internacionais de segurança do paciente? Disponível em: <<https://oncologia.com.br/noticias/metas-internacionais-de-seguranca-do-paciente/>>. Acesso em: 24/09/2022.

CHOI, Daniel. et al. **Libras: Conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, p. 578-583, 2008.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 75, p. 147-150, 2009.

Constituição Federal do Brasil. Disponível em:

<[http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoferal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoferal.pdf)>. Acesso em: 24/09/2022.

Dicionário online Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/saude>. Acesso em: 29/09/2022.

FENNER, Any Lamb; CORBARI, Clarice Cistina. Algumas reflexões sobre o ensino de gramática em Língua Inglesa. Anais do 6º Encontro Celsul-Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Coordenadas/06.pdf>> Acesso em, v. 13, 2004. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Coordenadas/06.pdf>>. Acesso em 24/9/2022.

GESSER, Audrei. Metodologia de ensino em Libras como L2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

GIL DE FRANÇA, Eurípedes et al. DIFICULTADES PROFESIONALES EN LA ATENCIÓN EN SALUD A LA PERSONA CON SORDERA SEVERA. Ciencia y enfermería, v. 22, n. 3, p. 107-116, 2016.

GOTADO, Rubenice Gonçalves; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. O acolhimento oferecido pelos Serviços de Saúde às pessoas com Necessidades Especiais. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 32, p. 126-137, 2016.

IANNI, Aurea; PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde. Saúde e Sociedade, v. 18, p. 89-92, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística de Gênero. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>>; Acesso em: 12/10/2022.

LOPES, Mara Aparecida de Castilho; LEITE, Lúcia Pereira. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 305-320, 2011.

MOURA, Conceição de Maria Aguiar Barros; DOS ANJOS LEAL, Maria Eunice. Libras na Saúde–Ensino da Língua Brasileira de Sinais para Acadêmicos e Profissionais da Saúde. **Revista Práticas em Extensão**, v. 3, n. 1, p. 02-07, 2019.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, 2016.

QUADROS, Ronice Muller de. **Libras**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

RAIMUNDO, Ronney Jorge de Souza; SANTOS, Thais Alves dos. A importância do aprendizado da comunicação em Libras no atendimento ao deficiente auditivo em serviço de saúde. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v. 3. 2012. p. 184-191, 2012.

RAMOS, Tâmara Silva; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 10, n. 33, p. 116-126, 2017.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 6, n. 1, 2004.

SILVA, Raira Piágio; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. Relação comunicativa entre o profissional de saúde e os surdos: uma revisão bibliográfica. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 11, n. 37, p. 653-668, 2017.

SILVA, Rosângela Nunes Almeida et al. Assistência ao surdo na atenção primária: concepções de profissionais. JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750, v. 6, n. 2, p. 189-204, 2015.

SOUZA, Marcos Torres et al. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Revista Práxis**, v. 1, n. 2, 2009.

SOUZA RAIMUNDO, Ronney Jorge; DOS SANTOS, Thais Alves. A importância do aprendizado da comunicação em libras no atendimento ao deficiente auditivo em serviço de saúde. **Revista Uniaraguaia**, v. 3, n. 3, p. 184-191, 2012.

THOMA, Adriana da Silva. Educação dos surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. In: Thoma, Adriana da Silva; Lopes, Maura Corsini (Org.). A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: Edunisc. p.9-25. 2006.

VASCONCELLOS, Maria Manolisa Nogueira. A gramática e a abordagem comunicativa para o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras: uma reflexão crítica. In: ENCONTRO DE GRAMÁTICA: SABERES E FAZERES, 1., 2012, Fortaleza. Anais ... Fortaleza: GEMD, 2012, p. 11-25.

VERAS, Daniele Siqueira; DOS SANTOS BRAYNER, Izabelly Correia. Atuação docente: ensino de Libras no ensino superior. Trama, v. 14, n. 32, p. 121-129, 2018.

VIEIRA, Camila Mugnai; CANIATO, Daniella Gimenez; YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 2, 2017.